

AUTOR: Sérgio Celani Leite

TÍTULO: "Urbanização do processo escolar rural"

ORIENTADOR: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

DATA DA DEFESA: 26/04/96

RESUMO

Historicamente percebemos que a educação no Brasil sempre ficou à margem do processo escolar, embora a produção agropecuária e o homem do campo em si, fossem focos de interesses econômicos e políticos. Econômicos quanto à exploração máxima da terra e do trabalho do rurícola; políticos, como elemento a ser direcionado no plano ideológico-cultural, de modo a permitir a permanência das classes dominantes no poder.

Sobrevivendo a partir de uma estrutura capenga, a escola rural delineou sua trajetória através do desinteresse governamental em estipular uma política educacional própria, levando-a a uma "imitação" do processo urbano, sem perceber que, ao proceder dessa maneira concorria para uma descaracterização do próprio processo e, conjuntamente, da sociedade campesina.

Sob a influência das diretrizes urbanizantes e desenvolvimentistas do pós II Guerra Mundial, acentuou-se o desprezo pela escolarização formal no campo e por conseqüência, a priorização dos mecanismos informais de educação.

Com a implantação da Extensão Rural (mecanismo criado por convênio entre os governos Brasil/USA) pretendeu-se a modernização e imediato aumento de produção/produtividade no meio rural.

Vinculados às matrizes capitalista-liberais, esses mecanismos urbanizantes reforçaram os laços de dependência econômica, social e política dos micro e pequenos proprietários rurais, não permitindo em última instância, um equilíbrio sócio-cultural satisfatório no meio rural. Pelo contrário, possibilitou a pauperização do homem do campo e sua expulsão geográfica; deu margem à entrada de grupos empresariais no campo, acentuando os níveis de exploração sobre a sociedade campesina; inseriu no meio rural valores alheios à praxis daquela sociedade e sobretudo, minimizou os princípios fundamentais da educação rural (transmissão sócio-cultural dos componentes comportamentais daquele grupo humano).

Deste modo, a urbanização do meio rural, numa análise sócio-histórica abrangente, permitiu a proliferação de rupturas desconcertantes e, ao mesmo tempo alienantes, na vida, nas relações de trabalho e de produção, na organização sócio-política e cultura/educativa dos povos campesinos. O que se percebe, nesse caso, é uma quase usurpação total dos direitos do camponês, como cidadão e sujeito do mundo em que vive.

No entanto, a escola rural como valor social permanece dialeticamente, entre o "tradicional" e o novo, entre a "praxis" e a massificação urbano-industrial, entre as situações naturais do campo e as exigências do meio urbano, na tentativa de encontrar, ou melhor dizendo, de ré-encontrar sua identidade própria.

Nesse sentido, desponta-se a necessidade de uma política educacional voltada especialmente para a sociedade campestre, fundamentada nos princípios da solidariedade humana, da cidadania e do direito de todos em vivenciarem a democracia, a justiça social e sobretudo o acesso aos meios cognitivo-intelectuais do saber humano.